



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 14 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO O Brasil sob fogo na OMC VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Editorial Econômico VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Negromonte diz a PP que deixa hoje o governo VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O ESTADO DE SÃO PAULO Déficit comercial antecipará medidas..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
O ESTADO DE SÃO PAULO Grupo de países ataca na OMC barreiras adotadas pelo Brasil VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR ECONÔMICO Brasil vai romper acordo automotivo com o México..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7
VALOR ECONÔMICO Barreira geral da Argentina à importação entra em vigor VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR ECONÔMICO Dilma fecha acordo que prevê produção de medicamentos cubanos no Brasil VEICULAÇÃO NACIONAL	10
VALOR ECONÔMICO Apesar das restrições, país consegue superávit no comércio com Argentina..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
FOLHA ON-LINE Semp Toshiba demite 720 funcionários em Manaus, diz sindicato VEICULAÇÃO NACIONAL	12
AGÊNCIA CÂMARA Celular poderá ser considerado como bem essencial VEICULAÇÃO NACIONAL	13
G-1 Balança comercial brasileira registra maior déficit da história VEICULAÇÃO NACIONAL	14
ESTADAO.COM Uma reação da produção da indústria em dezembro VEICULAÇÃO NACIONAL	15
VALOR Pagamento a servidores cai frente ao PIB VEICULAÇÃO NACIONAL	16

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO O <u>Brasil</u> sob fogo na OMC		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sete países pressionam o Brasil para eliminar a discriminação contra veículos com menos de 65% de componentes nacionais, denunciada como incompatível com as normas da OMC. Essa política entrou em vigor há um mês e meio, com a cobrança de um IPI maior sobre os veículos com índice de nacionalização abaixo daquele limite. A medida prejudica as importações e ao mesmo tempo estabelece tratamentos diferentes para montadoras em operação no País. Formam o grupo EUA, União Europeia, Japão - três das maiores potências comerciais do mundo -, Hong Kong, Coreia, Austrália e Colômbia.

O imposto foi aumentado por decreto de 16 de setembro, mas a mudança começou a ser aplicada 90 dias depois, por determinação da Justiça. A medida, claramente protecionista e discriminatória, foi concebida no Ministério da Fazenda, que não consultou os setores do governo especializados em comércio internacional.

Representantes brasileiros na OMC, em Genebra, foram surpreendidos pela iniciativa.

Nunca se pronunciaram publicamente sobre esse detalhe e são agora forçados, por dever funcional, a assumir a defesa de mais essa tolice cometida em Brasília. Mas nunca esconderam, em contatos informais, sua opinião sobre a qualidade desse tipo de defesa comercial.

Em Genebra, a primeira reação de vários diplomatas, brasileiros e estrangeiros, foi de perplexidade, diante do primarismo da medida anunciada pelo Ministério da Fazenda.

O governo brasileiro tentou justificar sua decisão, apontando os problemas criados pela valorização cambial e pelas condições de competição de certos parceiros comerciais. A preocupação com a China sempre foi evidente, nesse e em outros casos, mas a proteção foi aplicada contra vários países, preservando apenas os sócios do Mercosul e o México. As autoridades agiram como se estivesse ocorrendo uma repentina invasão de automóveis importados, com grande prejuízo para a indústria instalada no País.

Caberiam, nesse caso, outras medidas previstas nos acordos internacionais. O estabelecimento de salvaguardas seria uma das iniciativas possíveis, mas isso envolveria uma comprovação dos danos e um complicado trabalho técnico. Se a preocupação central fosse com a prática de dumping por um país - como a China -, também haveria condições legais de ação e os problemas diplomáticos seriam circunscritos.

O governo preferiu uma solução mais exposta a censuras e tecnicamente mais precária, mas de aplicação rápida e relativamente simples. Como a alteração do IPI foi programada para valer durante um ano, a medida perderia vigor antes da conclusão de qualquer processo aberto no órgão de solução de controvérsias da OMC.

Os governos dos países exportadores sabem disso, mas não afastam a hipótese de iniciar um processo contra o Brasil.

Por enquanto, há pressões combinadas contra o governo brasileiro. Nenhuma das explicações apresentadas por Brasília até agora foi considerada satisfatória - nem poderia ser, dada a precariedade técnica da barreira estabelecida pelo governo brasileiro.

Um processo, de fato, perderia sentido como fim da medida discriminatória. Mas nem todos se mostram convencidos do caráter temporário da barreira.

Australianos expressaram essa dúvida. Além disso, argumentam, os efeitos dessa política podem ser de longo prazo.

Negociadores de Hong Kong apontam o risco de a iniciativa brasileira estabelecer um padrão de protecionismo para outros países. É uma preocupação perfeitamente razoável. Se esse jogo funcionar para o Brasil, poderá funcionar para outros - as normas internacionais serão violadas com baixo risco de punição e todo o sistema será ameaçado.

Esse recurso primário ao protecionismo é desmoralizante.

Expõe o País a ações de retaliação e, no fim das contas, é ineficiente como política industrial, porque em nada contribui para tornar a indústria mais produtiva e mais competitiva fora das fronteiras nacionais. Além de

difícilmente defensável em termos legais, é uma resposta errada aos problemas da indústria.

Barreiras toscas não tornam o País mais eficiente e o expõem a pressões e retaliações

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Editorial Econômico		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Uma reação da produção da indústria em dezembro

A produção industrial em 2011 cresceu 0,3%, apenas recuando em sua participação na formação do produto interno bruto (**PIB**). Um resultado muito estranho quando comparado como crescimento do consumo doméstico, que até novembro aumentara 6,7%.

A diferença entre as duas taxas de crescimento explica em grande parte o drama da indústria: com uma taxa cambial sobre valorizada, os consumidores preferiram produtos importados, muito mais baratos e com conteúdo tecnológico muito maior. E a indústria nacional, procurando reduzir os custos dos seus produtos, passou a adquirir componentes no exterior, em vez de procurar investir na inovação e modernização da sua produção.

E há que acrescentar que a queda dos investimentos do governo contribui para afetar negativamente o resultado do setor manufatureiro.

Em suma, o que o setor industrial está mostrando é que, dos 26 ramos incluídos na pesquisa, 15 acusam aumento em relação ao ano anterior, enquanto 11 tiveram queda. Os bens de capital apresentaram uma alta de 3,3%, com destaque para os que são usados na indústria, dando ideia de que esta procurou melhorar seus equipamentos (especialmente no primeiro semestre), ao mesmo tempo que a construção civil e o setor de transporte atendiam a uma demanda constante até o final do ano.

Os bens intermediários cresceram apenas 0,3%, e a queda maior foi dos têxteis: 20,1%. Os bens de consumo duráveis acusaram queda geral de 2,0%, sendo de 7,8% em veículos automotores, e elevação de 3,2% em mobiliário, consequência do bom desempenho da construção civil. Os bens semiduráveis e não duráveis acusam queda de 0,2%, vitimados pela importação.

Os resultados de dezembro, todos positivos, deram a esperança de uma reação da indústria como um todo, que cresceu 0,9% no mês, ou 7% nos produtos de consumo duráveis e 3,7% nos bens de capital. A indústria parece que volta a investir para atender a uma demanda que, na visão dos industriais, vai aumentar na classe C, dada a elevação de 14% do salário mínimo.

No final do ano passado houve uma redução de estoques, que se aproximam do normal. Seria prudente não exagerar no otimismo, levando em conta que o aumento dos rendimentos da classe C vai defrontar-se como pagamento das despesas das festas natalinas e a elevação do endividamento com a aquisição de residência.

À indústria competiria não só melhorar seus equipamentos para aumentar a produtividade e baixar preços, mas também investir nas pesquisas para poder inovar.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Negromonte diz a PP que deixa hoje o governo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Demitido pela presidente Dilma Rousseff, o ministro das Cidades, Mário Negromonte, avisou seu partido, o PP, que deixa hoje o governo. Um dos cotados para o cargo é Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Líder da bancada da Câmara, Ribeiro favoreceu no Orçamento de 2012 o reduto eleitoral da irmã, a deputada estadual Daniella Ribeiro, pré-candidata em Campina Grande

Negromonte diz a PP que deixa hoje comando de pasta

Demitido pela presidente Dilma Rousseff na segunda-feira, em Salvador, o ministro das Cidades, Mário Negromonte, avisou ontem ao PP que se despedirá hoje do governo. O ritual de desembarque do governo deve ser oficializado em reunião no Planalto. A informação é de um importante dirigente do PP que participou das negociações

com o Planalto para garantir que as Cidades continuassem sob o comando do partido.

O dirigente já dá como certa a substituição de Negromonte pelo líder da bancada da Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PB). Não apenas ele. Diante da reabertura oficial dos trabalhos do Congresso esta tarde, os deputados já estão marcando a eleição do novo líder para terça-feira. Por enquanto, o único candidato ao posto é o deputado Arthur Lira (AL), filho do senador Benedito de Lira (PP).

Ainda segundo o dirigente pepista, tudo está sendo feito dentro do "script" combinado com o próprio Planalto. Aguinaldo responde a processo na Justiça por improbidade administrativa, mas um dos interlocutores do PP junto ao governo diz que tudo já foi avaliado pelo Planalto. E aposta que não haverá impedimento.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Déficit comercial antecipará medidas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Saldo negativo de US\$ 1,291 bilhão, o pior da série histórica para mês de janeiro, deve acelerar ações do governo para auxiliar exportadores

CÉLIA FROUFE / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O susto com o déficit da balança comercial de janeiro, o maior para o mês na história, levará o governo a acelerar o anúncio de medidas para incentivar as exportações. "O ano de 2012 será difícil para o comércio exterior brasileiro", reconheceu a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento (MDIC), Tatiana Prazeres.

Até o final de março, devem ser anunciadas ações em diferentes frentes, como ampliação do financiamento para os exportadores, simplificação dos trâmites para as vendas externas e incentivos para que as empresas de menor porte também passem a atuar lá fora. As medidas estão em estudo por uma equipe interministerial e a expectativa é a de que, após o resultado vermelho da balança no mês passado, aumente o engajamento das demais Pastas na busca por saídas para elevar as vendas brasileiras.

Em janeiro, a balança registrou um déficit de US\$ 1,291 bilhão. Apesar de as exportações terem registrado a maior média diária para esse mês, as importações cresceram ainda mais no período. Por trás desse movimento está a crise financeira internacional, que vem definhando os mercados compradores, e o dólar. "É inegável o efeito do câmbio sobre a balança", disse Tatiana. "Afeta nos dois sentidos: ajuda a aumentar as importações e a diminuir as exportações." O Ministério da Fazenda já mostrou descontentamento nos primeiros dias do ano com sinais de uma queda mais forte do dólar em relação ao real.

E prometeu agir se esse movimento se consolidasse - o que não ocorreu até agora. Para o MDIC, a cotação atual da moeda americana está longe do nível ótimo. "Já esteve pior e já esteve melhor do que agora, mas o dólar não está em um nível de conforto para o exportador brasileiro", disse a secretária.

Sem meta. Sem uma consolidação do quadro internacional, a estagnação do crescimento das exportações este ano é uma possibilidade que começou a integrar o cenário do MDIC. "Vamos exportar pelo menos um volume igual ao de 2011", previu a secretária. Mesmo assim, o Ministério optou por não divulgar a meta das exportações para este ano.

Com indicações de desaceleração da economia chinesa, a principal influência negativa no resultado da balança em janeiro foi a da queda de 31,1% da média diária das vendas de minério de ferro, que passou de US\$ 120,9 milhões em janeiro de 2011 para US\$ 83,4 milhões no mês passado. O MDIC calculou que, se não fosse a queda na venda da commodity, causada tanto por um arrefecimento do preço (10%) quanto do volume embarcado (20%), a média diária das exportações em janeiro saltaria de um crescimento de 1,3% para 7,8%.

Em relação ao destino, o maior tombo das vendas no mês passado foi para a União Europeia. O bloco comprou 25,2% a menos por dia em janeiro, na média, do que no mesmo mês de 2011.

Na avaliação de Tatiana, a Europa se retraiu com a crise e, por isso, diminuiu as compras. A saída, na opinião da secretária, é ampliar o leque dos países para os quais o Brasil vende seus produtos. Nações do Norte da África e até da América do Sul, que possuem maior risco, estão no radar.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Grupo de países ataca na OMC barreiras adotadas pelo Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

UE, EUA, Australia, Coreia, Hong Kong, Japão e Colômbia pedem fim da isenção de IPI para montadoras

JAMIL CHADE, CORRESPONDENTE / GENEBRA - O Estado de S.Paulo

Um grupo de sete governos atacou na Organização Mundial do **Comércio** (OMC) as barreiras adotadas pelo **Brasil** no setor automobilístico, acusando as medidas de serem "inconsistentes" com as regras internacionais, pediu sua suspensão e alertou que estudam abrir queixas legais contra o Itamaraty.

A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para montadoras que garantirem mais de 65% de peças nacionais para carros já foi alvo de duas reuniões na OMC em 2011.

Austrália, União Europeia, Estados Unidos, Hong Kong, Coreia, Japão e Colômbia se uniram para criticar o protecionismo no Brasil, um **mercado** visto por muitos como um dos mais promissores do mundo nos próximos quatro anos. Oficialmente, ninguém fala ainda sobre uma possível queixa legal, o que implicaria a abertura de um caso nos tribunais da OMC contra o Brasil. Mas governos de todos esses países admitem nos corredores que, se o **Brasil** não der uma resposta à pressão internacional, poderão tomar o próximo passo. Vários deles já consultam suas empresas para saber se há interesse da abertura de uma disputa.

A dificuldade que enfrentam é que um eventual processo poderia se arrastar por meses, enquanto a medida brasileira tem teoricamente a validade de um ano. Brasília, portanto, poderia completar o prazo, sem que a OMC tenha ainda dado um veredito sobre a legalidade da medida.

Ontem, a queixa em Genebra não passou de mais um alerta, ainda que o tom esteja sendo elevado. O debate foi liderado pelos australianos, que já alertaram que vão procurar a diplomacia brasileira para negociações bilaterais. A preocupação da comunidade internacional em relação às leis brasileiras é baseada tanto em prejuízos comerciais, que empresas terão, quanto ao risco sistêmico que o comportamento representa.

Os australianos lembraram que, há apenas uma semana, ministros reunidos em Davos se comprometeram a resistir às pressões protecionistas, insinuando que o **Brasil** estaria descumprindo o próprio compromisso assumido em reunião com a presença do chanceler Antonio Patriota.

Também a UE, que estuda internamente a lei brasileira, alertou o **Brasil** que a redução do IPI é "inconsistente com as regras internacionais". Os negociadores de Hong Kong estimam que existe o risco de a medida brasileira estabelecer um exemplo negativo, que poderia ser seguido pelos demais países. Ontem, os asiáticos apontaram para a "preocupação sistêmica" em relação à lei brasileira.

Resposta. O governo brasileiro foi obrigado a responder e insistiu que estava sendo transparente em relação às medidas. Durante a reunião, a diplomacia brasileira chegou a apontar que as medidas tinham sido publicadas no Diário Oficial, como prova de que não havia uma tentativa de esconder as novas exigências.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil vai romper acordo automotivo com o México		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sergio Leo

O governo decidiu romper o acordo automotivo mantido com o México, por ordem da presidente Dilma Rousseff, que está incomodada com o déficit crescente no comércio de automóveis entre os dois países. A decisão, mais uma de uma série de medidas protecionistas tomadas sem consulta prévia ao Itamaraty, segundo admitem seus autores, deve ser oficializada nos próximos dias, com a volta ao Brasil da presidente e dos ministros do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, e das Relações Exteriores, Antônio Patriota.

O acordo automotivo, firmado em 2002, prevê a possibilidade de denúncia (anulação), desde que haja comunicação com 14 meses de antecedência. Esse prazo deve ser respeitado, o que significa que só em 2013 os automóveis, partes e peças comprados naquele país passarão a pagar tarifa de importação.

Desde 2009, o que era um saldo positivo para o Brasil no comércio de automóveis entre os dois países tornou-se negativo. No ano passado, com a vantagem de custos pendendo para os mexicanos e o anúncio de possíveis restrições às importações no Brasil, montadoras estabelecidas no país começaram a mudar de fornecedor. Passaram a trazer do México carros antes importados de outros países, como a

Fiat, que começou a importar da filial mexicana veículos antes comprados da Polônia.

As importações de automóveis feitos no México aumentaram quase 40% no ano passado, para mais de US\$ 2 bilhões, o que, descontadas as exportações àquele país, de quase US\$ 372 milhões, resultaram em déficit pouco inferior a US\$ 1,7 bilhão. Foi um salto de 162% em relação ao déficit de US\$ 642 milhões de 2010. Como reflexo da perda de competitividade dos veículos brasileiros em relação aos mexicanos, as exportações brasileiras para o país caíram quase 40%, de mais de US\$ 600 milhões em 2010 para menos de US\$ 400 milhões no ano passado.

O tema fez parte da agenda do ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, com autoridades mexicanas, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos. Os mexicanos, irritados, já comunicaram à equipe econômica que até aceitam uma pequena revisão nos termos do acordo, mas a decisão de simplesmente cancelá-lo está tomada. Integrantes da equipe econômica argumentam que o acordo favorece o México em detrimento dos sócios no Mercosul: enquanto automóveis vindos de fábricas mexicanas têm de ter 35% de conteúdo local, os do Mercosul precisam ter 45%.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Barreira geral da Argentina à <u>importação</u> entra em vigor		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ao contrário dos episódios anteriores, em que os exportadores brasileiros foram surpreendidos da noite para o dia por rompantes protecionistas da Argentina, desta vez a nova via crucis a que serão submetidos foi anunciada com antecedência e data marcada: 1º de fevereiro. Desde ontem, entraram em vigor medidas que visam controlar as importações, estabelecendo para praticamente todas elas a necessidade de licença prévia para ingressarem no país. Com a Declaração Juramentada de Importações, todo importador argentino terá de apresentar um documento indicando quanto pretende comprar no exterior agora e ao longo do ano. As autoridades argentinas foram ambíguas sobre o prazo para a resposta ao pedido e ultimamente se diz que ela será dada entre 72 horas e dez dias.

Os critérios para a liberalização também não estão claros e esse é exatamente um dos objetivos da medida: deixar tudo à discrição do governo argentino e suas conveniências. Medidas de proteção em economias fechadas foram comuns no passado e algo semelhante foi aplicado pelo próprio Brasil há 40 anos (como mostra Roberto Giannetti da Fonseca, Valor, 30 de janeiro). Porém, o mundo mudou e na época o Brasil não fazia parte de uma zona de livre comércio como se pretende o Mercosul. Em uma zona de livre comércio de verdade seria inconcebível as sucessivas determinações unilaterais do governo argentino nos últimos dez anos, em prejuízo das exportações brasileiras, e a ausência de consultas prévias.

A motivação argentina para tamanho grau de centralização administrativa das importações não foram explicitadas, e provavelmente nunca o serão. Nas últimas vezes em que estabeleceu licenças de importação setoriais para bens brasileiros, o governo argentino não cumpriu, e nem vem cumprindo, o prazo máximo de liberação de 60 dias admitido pela Organização Mundial do Comércio. Pode-se imaginar o que deve ocorrer com a exigência burocrática agora estendida a todo o universo importador. Além disso, na maior parte das vezes em que, seja com licenças prévias ou com acordos de restrição de

importação, a Argentina restringiu as importações brasileiras, os beneficiados não foram tanto, ou tão só, as indústrias argentinas, mas outros concorrentes do Brasil.

O governo de Cristina Kirchner parece temer uma crise de divisas em breve, mesmo contando com reservas de US\$ 43,5 bilhões. Há, de fato, algum motivo para preocupação. O superávit comercial, na casa dos US\$ 10 bilhões, deve encolher neste ano, já que os preços de soja, milho e outras commodities, que foram extremamente bons nos últimos anos, devem declinar em 2012 - e a recente seca não ajudará certamente no resultado. A Argentina tem que contar com esses superávits porque o mercado de capitais, outra fonte possível de dólares, está fechado para ela desde a moratória de 2002. E se não tem controle sobre as cotações externas dos principais produtos que vende ao exterior, os burocratas argentinos podem pelo menos ter esse poder sobre as importações.

A centralização administrativa das importações, com vistas a seu racionamento, guarda alguma semelhança com medidas anteriores, como a obrigatoriedade, estabelecida para qualquer cidadão ou empresa que queira comprar dólares no país, de pedir autorização à Receita argentina, que poderá negar ou aprovar o pedido. Diante de uma saída estimada de US\$ 20 bilhões ao longo do ano passado, o governo partiu para uma centralização cambial light, mas com potencial para, em caso de escassez de divisas, escolher e racionar pagamentos em dólar.

Com isso, Cristina Kirchner tem angariado antipatias crescentes de fatias da sociedade e o número de descontentes tende a aumentar. Após gastar muito dinheiro em subsídios e concessões salariais para se reeleger, a presidente resolveu enfrentar a dura realidade - e reduzi-los. As tarifas de energia e transportes, altamente defasadas, estão sendo corrigidas em um ambiente em que a inflação não oficial (a oficial é um conto de fadas) ultrapassa 20%. E a decisão de controlar as importações pode ajudar a diminuir além do previsto o crescimento em 2012.

A reação do Brasil, como quase sempre, será protocolar. Tentará uma negociação para abrandar ao máximo possível as restrições. Sendo o **Mercosul** o que é e sendo o governo do maior país do bloco tolerante, nada de muito diferente deve se esperar agora.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma fecha acordo que prevê <u>produção</u> de medicamentos cubanos no Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Raymundo Costa

Na viagem que fez a Cuba e ao Haiti, a presidente Dilma Rousseff fechou um acordo, em Havana, para a transferência de 20 produtos de biotecnologia, um pacote que terá o que há de ponta em termos de medicamentos de tratamento de câncer, transplantes, pé diabético e vacinas. Cuba tem dois grandes centros de biotecnologia, um dos últimos legados ao país da antiga União Soviética.

Já a partir de 2013, segundo disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, as oito maiores empresas brasileiras da área farmacêutica estarão fabricando esses medicamentos no país. As importações com transferência de tecnologia devem chegar aos US\$ 100 milhões ao ano. Quando o complexo portuário de Mariel for inaugurado, as empresas devem passar a fabricar também em Havana.

O acordo conta com o apoio das oito maiores empresas farmacêuticas do Brasil, responsáveis por um faturamento de R\$ 8 bilhões ao ano. A indústria foi representada na negociação pelo grupo Farmabrazil, no qual se associaram para tratar de seus interesses corporativos. Na realidade, em Havana, Dilma apenas ampliou um acordo feito pelo grupo com os cubanos e a mediação do ministro Padilha.

A última grande oportunidade que o país teve para avançar na área de pesquisa e tecnologia e avançar na área da biotecnologia ocorreu no fim dos anos 80 e início dos 90, época em que países como a Índia e a China foram incluídas no seleto grupo dos detentores de modernas tecnologias de combate ao câncer. Tivemos uma oportunidade na época dos genéricos, disse Padilha.

Em setembro, Padilha foi a Cuba com os representantes do grupo Farmabrazil. Na época foram definidos oito produtos que poderiam ser objeto de transferência de tecnologia. São produtos de ponta para o tratamento de câncer, transplantes, pé diabético (complicação que é o principal motivo de amputações no país) e vacinas. Apenas

dois desses produtos consomem 34% do Ministério da Saúde, disse Padilha.

Na visita a Havana, Dilma ampliou o acordo: além de produzir no Brasil, os medicamentos também serão fabricados em Cuba, pelas empresas brasileiras, quando o porto de Mariel entrar em funcionamento, o que é previsto para 2014, embora muito pouco da obra tenha até agora sido executada, basicamente, o projeto de terraplanagem.

Dilma também firmou mais oito contratos de transferência de tecnologia de produtos para diagnóstico de doenças infecciosas, tratamento de câncer e vacinas. Ficou também acertada a construção, no Brasil, de um grande centro de biotecnologia, com o apoio e a expertise dos cubanos.

Atualmente, o Brasil importa cerca de US\$ 80 milhões de Cuba, US\$ 50 milhões na área farmacêutica, na aquisição de apenas dois produtos. Com os acordos, o país passará a importar US\$ 100 milhões, com transferência de tecnologia. Mas em contrapartida espera exportar US\$ 200 milhões ao ano, pois os produtos serão fabricados no Brasil. Vamos baixar o preço dos medicamentos, ter acesso a uma tecnologia de que não dispomos e ainda ganharemos com a exportação, disse Padilha.

Na conversa que teve com o ex-presidente Fidel Castro, o comandante da revolução cubana deu dois livros para a presidente brasileira, um deles a sua própria biografia como o guerrilheiro do século. Dilma deu chocolates a Fidel. O ex-presidente de Cuba, aos 85 anos, se locomove com alguma dificuldade, ainda devido a uma queda, há alguns anos. Ao ver Dilma, Fidel disse que achava que a presidente era mais baixa. O ex-presidente também afirmou que a obra do porto de Mariel era a maior em realização em Cuba, desde 1959 (ano da revolução).

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Apesar das restrições, país consegue superávit no <u>comércio</u> com Argentina		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

As restrições impostas à compra de produtos importados na Argentina, como licenças não automáticas de importação e retenções demoradas nas alfândegas, conseguiram provocar uma queda quase imperceptível, de 2%, nas exportações brasileiras àquele país em janeiro. Isso não evitou que o comércio bilateral alcançasse pequeno saldo favorável aos brasileiros, de US\$ 145 milhões. Na última semana do mês, foram aceleradas as exportações à Argentina, revertendo a tendência de déficit registrada desde o início do ano.

Embora pequena, a queda nas exportações para a Argentina foi o que impediu que fossem maiores nossas vendas à América Latina, comentou a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, ao notar que as exportações do Brasil à América Latina cresceram 7% em janeiro. Tatiana viaja segunda-feira para pedir esclarecimentos às autoridades argentinas sobre a entrada em vigor, ontem, de um novo mecanismo de controle das importações, com a exigência de declaração antecipada, por parte dos importadores no país.

O comércio com os argentinos teve altas fortes nas vendas brasileiras de máquinas de terraplenagem (182%), tratores (121%), veículos de carga (137%) e até automóveis (73%), mas sofreu quedas em itens como inseticidas (40%) e máquinas agrícolas, exceto tratores (31%), além da redução nas exportações de têxteis e calçados.

Há temor de que as novas medidas de controle reduzam ainda mais as exportações do Brasil e, ontem, alguns empresários brasileiros se queixavam ao Ministério de que não conseguiam informações nem sobre como fazer a declaração exigida pelas autoridades do país vizinho. A Argentina representa em torno de 9% do mercado para as exportações brasileiras.

O Brasil tem conseguido compensar em parte a retração em seus mercados tradicionais com a exploração de novos mercados, como os da Ásia (que passou de 24,7% para 26,2% do mercado para os brasileiros) e África (que subiu de 5,4% para 6%). (SL)

	VEÍCULO FOLHA ON-LINE		EDITORIA
	TÍTULO Semp Toshiba demite 720 funcionários em <u>Manaus</u>, diz sindicato		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Empresa confirma informação, mas não divulga números dos que saem e dos que ficam

A unidade industrial da Semp Toshiba na Zona Franca de Manaus demitiu 720 funcionários das linhas de produção de televisores e áudio, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas.

Em nota, a empresa confirmou as demissões, sem divulgar o número de demitidos nem de contratados que continuam na unidade.

Segundo o presidente do sindicato, Valdemir Santana, as demissões começaram em dezembro, quando foram demitidas 250 pessoas. Do início de janeiro até esta terça-feira (31), foram mais 470 trabalhadores.

A Semp Toshiba é uma das maiores fabricantes brasileiras de produtos eletrônicos. Até dezembro, a unidade do Amazonas empregava 2.300 pessoas, segundo o sindicato.

A decisão da Semp Toshiba provocou reações do governo do Amazonas e da Suframa (Superintendência da

Zona Franca de Manaus), autarquia federal que concede incentivos fiscais na Zona Franca.

A Suframa disse que pediu explicações sobre as demissões à direção da Semp Toshiba. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas disse que vai fiscalizar se a empresa está cumprindo com as metas de geração de empregos que constavam em seu projeto.

Procurada pela reportagem, a direção da Semp Toshiba afirmou que as demissões das últimas semanas em Manaus ocorreram para uma "adequação natural de seu quadro pessoal".

O motivo, segundo a empresa, é a "sazonalidade do mercado e projeção de demanda para os próximos meses".

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA		EDITORIA
	TÍTULO Celular poderá ser considerado como bem essencial		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O deputado Luis Tibé (PTdoB-MG) apresentou o Projeto de Lei 2880/11, que define como bem essencial o aparelho utilizado pelo consumidor no serviço telefônico móvel – o chamado telefone celular -, e estende a aplicação de normas para sua substituição temporária, ou reposição, em caso de vício de qualidade.

Luis Tibé explica que o aparelho celular, passando à categoria de “bem essencial”, para todos os fins de direito, passa a ser coberto pela proteção do artigo 18 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

Vícios de qualidade

De acordo com esse artigo, o fornecedor responde solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade do produto, que os tornem impróprios ou inadequados, ou lhes diminuam o valor. Também estão incluídos os vícios decorrentes da disparidade, as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Substituição imediata

“Se for considerado legalmente como essencial, o consumidor não terá mais que ficar trinta dias sem o aparelho, à espera da assistência técnica, podendo exigir a substituição imediata do celular com defeito, ou receber o reembolso do valor pago, ou o abatimento no preço de outro produto”, explica o deputado.

Infelizmente, diz Luis Tibé, as empresas de celulares estão usando os meios judiciais para anular direitos dos consumidores, no sentido de terem repostos os aparelhos com vício de fabricação ou reembolsar os valores pagos, ainda que, no ano passado, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do **Ministério** da Justiça, tenha

determinado que o celular fosse considerado produto essencial.

“Os fabricantes de aparelhos estão lutando na Justiça para anular esta conquista”, diz o deputado, acrescentando ser objetivo do projeto justamente garantir esse direito do consumidor.

Ferramenta de trabalho

Segundo o autor, o projeto se justifica porque o celular tem hoje larga presença na vida nacional, garantindo o direito à comunicação de muitos brasileiros. Já há mais de 230 milhões de aparelhos no País, sendo mais de 90% na modalidade pré-pago, “o que os identifica claramente com a maciça maioria da população que compõe as faixas de menor renda”.

O deputado acrescenta que o celular já é considerado crucial ferramenta de trabalho. Em situações de emergência, ele aproxima as pessoas e amplia as comunicações, colaborando para a agilização dos negócios, a produtividade, a economia de tempo, evitando deslocamentos e também reduzindo o consumo de energia.

Tramitação

Sujeito à apreciação conclusiva, o projeto foi distribuído às comissões de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta:

• PL-2880/2011

Reportagem - Luiz Claudio Pinheiro

Edição – Regina Céli Assumpção

	VEÍCULO G-1		EDITORIA
	TÍTULO Balança comercial brasileira registra maior déficit da história		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Crise internacional explica o resultado ruim do mês.
Na avaliação do governo, o ano será difícil para o comércio exterior brasileiro.

No mês passado, a balança comercial brasileira registrou o maior déficit da história.

As importações superaram as exportações em US\$ 1,291 bilhão de dólares. O Brasil comprou de outros países

US\$ 17,433 bilhões de dólares, enquanto vendeu US\$ 16,142 bilhões.

A crise internacional explica o resultado ruim do mês. Na avaliação do governo, o ano será difícil para o comércio exterior brasileiro. Sinal disso é que as exportações para a União Europeia reduziram 25,2% no mês passado em relação a janeiro de 2011, e, por isso, o governo brasileiro estuda medidas para estimular as exportações do país.

	VEÍCULO ESTADAO.COM		EDITORIA
	TÍTULO Uma reação da <u>produção</u> da indústria em dezembro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

A produção industrial em 2011 cresceu 0,3%, apenas recuando em sua participação na formação do produto interno bruto (PIB). Um resultado muito estranho quando comparado com o crescimento do consumo doméstico, que até novembro aumentara 6,7%.

A diferença entre as duas taxas de crescimento explica em grande parte o drama da indústria: com uma taxa cambial sobrevalorizada, os consumidores preferiram produtos importados, muito mais baratos e com conteúdo tecnológico muito maior. E a indústria nacional, procurando reduzir os custos dos seus produtos, passou a adquirir componentes no exterior, em vez de procurar investir na inovação e modernização da sua produção. E há que acrescentar que a queda dos investimentos do governo contribui para afetar negativamente o resultado do setor manufatureiro.

Em suma, o que o setor industrial está mostrando é que, dos 26 ramos incluídos na pesquisa, 15 acusam aumento em relação ao ano anterior, enquanto 11 tiveram queda. Os bens de capital apresentaram uma alta de 3,3%, com destaque para os que são usados na indústria, dando ideia de que esta procurou melhorar seus equipamentos (especialmente no primeiro semestre), ao mesmo tempo que a construção civil e o

setor de transporte atendiam a uma demanda constante até o final do ano. Os bens intermediários cresceram apenas 0,3%, e a queda maior foi dos têxteis: 20,1%

Os bens de consumo duráveis acusaram queda geral de 2,0%, sendo de 7,8% em veículos automotores, e elevação de 3,2% em mobiliário, consequência do bom desempenho da construção civil. Os bens semiduráveis e não duráveis acusam queda de 0,2%, vitimados pela importação.

Os resultados de dezembro, todos positivos, deram a esperança de uma reação da indústria como um todo, que cresceu 0,9% no mês, ou 7% nos produtos de consumo duráveis e 3,7% nos bens de capital. A indústria parece que volta a investir para atender a uma demanda que, na visão dos industriais, vai aumentar na classe C, dada a elevação de 14% do salário mínimo. No final do ano passado houve uma redução de estoques, que se aproximam do normal. Seria prudente não exagerar no otimismo, levando em conta que o aumento dos rendimentos da classe C vai defrontar-se com o pagamento das despesas das festas natalinas e a elevação do endividamento com a aquisição de residência.

À indústria competiria não só melhorar seus equipamentos para aumentar a produtividade e baixar preços, mas também investir nas pesquisas para poder inovar.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Pagamento a servidores cai frente ao <u>PIB</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A despesa da União neste ano com o pagamento dos servidores públicos, ativos e inativos, será a menor dos últimos 17 anos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - desde o início da série histórica feita pela Secretaria do Tesouro Nacional. A previsão do governo é de que os gastos com pessoal fiquem em 4,13% do PIB, contra 4,34% em 2011. No ano passado, já houve uma certa contenção, com essa rubrica caindo 0,08 ponto percentual do PIB em relação a 2010

Ribamar Oliveira

As variáveis de ajuste do Orçamento deste ano

A despesa da União neste ano com o pagamento dos servidores públicos, ativos e inativos, será a menor, em comparação com o Produto Interno Bruto (PIB), dos últimos 17 anos, ou seja, desde o início da atual série histórica feita pela Secretaria do Tesouro Nacional. A previsão do governo é de que os gastos com pessoal fiquem em 4,13% do PIB este ano, contra um gasto de 4,34% do PIB registrado em 2011. No ano passado, já houve uma certa contenção, com esse gasto caindo 0,08 ponto percentual do PIB em relação a 2010 (veja tabela abaixo).

Dessa forma, essa conta será uma das principais variáveis de ajuste do Orçamento deste ano e deverá compensar, pelo menos em parte, o efeito do forte aumento do salário mínimo nas despesas com os benefícios previdenciários, assistenciais e do abono/seguro desemprego. Estima-se que o impacto do reajuste do piso salarial nas contas públicas será equivalente a 0,5% do PIB. A contenção dos gastos com pessoal permitirá uma economia de 0,2% do PIB.

Por essa razão, a equipe econômica considera que foi fundamental que o Congresso tenha concordado em não conceder aumentos para os servidores do Judiciário, do Ministério Público da União e da Câmara dos Deputados. Os projetos de lei com os reajustes para esses funcionários estavam sendo discutidos no Congresso ao mesmo tempo que a proposta orçamentária. Se aprovados, os aumentos resultariam em gasto de R\$ 7,7 bilhões neste ano. Não foram aprovados.

Gasto com pessoal será o menor em 17 anos

Nem mesmo o reajuste do teto salarial do funcionalismo, que beneficiaria diretamente os ministros do Supremo Tribunal Federal e todo a magistratura, escapou da contenção. Na verdade, o governo queria dar um aumento apenas para os juízes, mas não encontrou espaço político para desvincular os magistrados dos demais servidores do Judiciário.

O Orçamento deste ano prevê uma elevação de apenas R\$ 3,77 bilhões nas despesas com pessoal, relativas à criação e provimento de cargos e à reestruturações de algumas carreiras. Em termos anuais, esses gastos totalizam R\$ 6,86 bilhões. Há ainda um impacto de cerca de R\$ 800 milhões decorrente das reestruturações de carreiras e reajustes concedidos pelo ex-presidente Lula.

Além do aumento das despesas decorrente do salário mínimo, que de alguma forma precisa ser compensado pela redução de outras, o governo enfrenta também um problema do lado da arrecadação. No ano passado, a receita administrada pela Secretaria da Receita Federal cresceu 17,4% em relação a 2010 e atingiu o recorde de R\$ 938,9 bilhões (incluindo a arrecadação previdenciária), o que corresponde 22,7% do PIB. Esse valor é bruto, ou seja, não inclui as restituições.

A própria Secretaria da Receita acredita que o crescimento da arrecadação de tributos federais neste ano será menor que em 2011, quando cresceu 10,1% em termos reais (descontada a inflação medida pelo IPCA). A informação que circula em alguns gabinetes oficiais é que o governo já decidiu que o decreto de contingenciamento, a ser baixado em meados deste mês, terá uma previsão de receita administrada menor do que a estimativa que constava da proposta orçamentária original, enviada ao Congresso em agosto.

Mas o governo também terá algumas variáveis de ajuste para a receita. Os dividendos a serem pagos pelas estatais é uma delas. As empresas de economia mista, com ações em bolsa de valores, tem critérios definidos de pagamento de dividendos que não podem ser alterados unilateralmente pelo governo. No caso das empresas pública, controladas 100% pelo Tesouro, como é o caso do Banco

Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e a Caixa Econômica Federal (CEF), o governo pode definir o montante de dividendos a ser transferidos aos cofres públicos em determinado ano.

Tudo indica que, em 2011, o governo "guardou" uma parte dos dividendos do **BNDES** para este ano. Isso porque o pagamento dos dividendos feitos pelo banco público foi de apenas R\$ 6,9 bilhões, contra R\$ 10,1 bilhões no ano anterior e R\$ 14,4 bilhões em 2009. Os dividendos do **BNDES** são turbinados pelos gigantescos empréstimos que o Tesouro está concedendo ao banco. Alguns especialistas acreditam que os dividendos a serem pagos pelo **BNDES** em 2012 podem ficar

cerca de R\$ 5 bilhões acima do valor do ano passado, o que já ajudaria o governo a recompor sua receita.

Há ainda a expectativa de que a recente elevação do preço do petróleo, em decorrência do embargo às **exportações** de óleo do Irã, possa manter o preço desse produto acima do que estava previsto no Orçamento e, dessa forma, elevar as receitas da União com royalties. Espera-se ainda uma elevação das receitas com concessões de serviços públicos. Resta saber se isso será suficiente para fechar as contas e, ao mesmo tempo, aumentar os investimentos.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras